

Eu vim dilá pequinininho ou com quantas mortes se faz um homem negro?

Genilson Leite da Silva ¹

RESUMO: Esse trabalho é fruto dos processos de catarses promovidos pelas leituras e debates da disciplina. O acesso e o contato com as narrativas de Frederick Douglas promoveram em mim movimentos nostálgicos que me fizera retornar, em memórias, a minha infância num mocambo da cidade de Recife. O desafio que assumo aqui é refletir sobre as categorias “genocídio” e “necropolítica” a partir de três acontecimentos que marcaram minha vida, dois deles na minha infância e adolescência em Recife e um aqui no Rio de Janeiro. Meu chão teórico para pensar o corpo negro se veste em Achille Mbembe (2018a-2018b), Franz Fanon (2008), Dylan Rodríguez (2017), Fatima Lima e Julia Gambetta (2020) e Jota Mombaça (2007). Como aporte metodológico a Geografia Militante (BARTHOLL, 2015) e a Geografia Subversiva (SILVA, 2009) permitiram uma estrutura para pensar outras formas de produzir conhecimento e (XAVIER, 2019; CASIMIRO, 2021; REIS, 2021) expandirão a compreensão de escrevivência para ratificar o discurso do autor. O que esses eventos têm em comum é o fato de ser um ataque explícito a existência do corpo negro, de provocarem dor a cada recordação e de promoverem um sentimento sepulcral e desejo de não existência.

Palavras-chave: Escrevivência, Genocídio, Morte e vida, Necropolítica.

ABSTRACT : This work is the result of the processes of catharsis promoted by the readings and debates in the course. Access to and contact with the narratives of Frederick Douglas promoted nostalgic movements in me that made me return, in memories, to my childhood in a mocambo in the city of Recife. The challenge I take on here is to reflect on the categories "genocide" and "necropolitics" based on three events that marked my life, two of them during my childhood and adolescence in Recife and one here in Rio de Janeiro. My theoretical framework for thinking about the black body is based on Achille Mbembe (2018a-2018b), Franz Fanon (2008), Dylan Rodríguez (2017), Fatima Lima and Julia Gambetta (2020) and Jota Mombaça (2007). As a methodological contribution, Militant Geography (BARTHOLL, 2015) and Subversive Geography (SILVA, 2009) provided a framework for thinking about other ways of producing knowledge and (XAVIER, 2019; CASIMIRO, 2021; REIS, 2021) will expand the understanding of writing to ratify the author's discourse. What these events have in common is that they are an explicit attack on the existence of the black body, that they cause pain with every memory and that they promote a sepulchral feeling and a desire for non-existence.

Keywords: Escrevivência, Genocide, Death and life, Necropolitics.

¹ Doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro – MN/UFRJ, genilsonleite.ds@gmail.com

Esta é uma reflexão a partir das escrevivências de um homem negro em trânsito entre Recife e Rio de Janeiro, infância e vida adulta, epistemicídio e re-existência. Seu corpo-território (MONDARDO, 2009; CHAVES, 2021), disputado pelas violências do Estado em seus formatos estéticos-discursivos, políticos e morais, apresenta em narrativas a emergência de uma Geografia Subversiva (SILVA, 2009) preta de quem sobreviveu contra as estatísticas territoriais, temporais e acadêmicas por onde passou. Como ferramenta de luta de uma Geografia Militante (BARTHOLL, 2015), usaremos a partir daqui, a escrita escrevivente como a descrita deste (XAVIER, 2019; CASIMIRO, 2021; REIS, 2021). Achille Mbembe (2018a -2018b), Franz Fanon (2008), Dylan Rodríguez (2017), Fatima Lima e Julia Gambetta (2020) serão fundamentais para endossar o debate sobre as categorias “genocídio” e “necropolítica”, visto que, esses autores realizam importantes reflexões sobre essas categorias e sobre a situação dos africanos e afrodescendentes no mundo. Jota Mombaça (2007) expandirá a noção de morte, assim como também para pensar o sujeito negro e suas experiências no diálogo de existência na sociedade brasileira. Desta forma, esse trabalho terá o seguinte roteiro: reflexão e expansão da noção de vida e morte, ao que tange seus aspectos cosmológicos para questionar a existência do povo negro enquanto vida humana existente no corpo social brasileiro; relação da ideia de vida e morte como as categorias centrais desse exercício “genocídio” e “necropolítica” e, por fim, narrativas de fatos da vida que apresentam casos de extremos violência que, sendo ocorrência frequente à pessoas negras e ou não brancas, são naturalizadas

METODOLOGIA

Foram analisadas Escrevivências (XAVIER, 2019; CASIMIRO, 2021; REIS, 2021) de memórias das muitas violências que vive uma pessoa preta que se reterritorializa não só no espaço, mas também no tempo e precisa se disputar enquanto território a cada leitura externa de sujeitos e instituições desde possivelmente ainda antes de seu nascimento. Utilizou-se da Escrevivência para apresentar a experiência de uma pessoa preta enquanto representação e/ou memória coletiva, logo, criadora da possibilidade de revelar, denunciar as condições dos afrodescendentes no Brasil e reivindicar esse lugar de apagamento e silenciamento a qual as produções dos africanos e afrodescendentes foram submetidas, assim como também a subalternização dessas produções e epistemes (BORGES, 2020).

A categoria descritiva do conjunto de recorrências de violência independente do tempo e do espaço em que se encontrava foi “necropolítica”, por Mbembe (2018a,b). Para este trabalho, tem-se três momentos distintos, sendo um da adolescência (13-14 anos), um da juventude (18-19 anos) e um da vida adulta (24 anos) e dois locais: Recife-PE e Rio de Janeiro-RJ

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse trabalho é fruto dos processos de catarses promovidos pelas leituras e debates da disciplina. O acesso e o contato com as narrativas de Frederick Douglas promoveram em mim movimentos nostálgicos que me fizera retornar, em memórias, a minha infância num mocambo da cidade de Recife. Com isso, o despertar da consciência do ser negro, das dores que dilaceraram meu espírito e fizeram e ainda fazem minha carne sangrar. Experiências vividas e experiências sentidas talvez pela projeção psíquica da ancestralidade que corporifica o ser negro no mundo, como um djavu. O desafio que assumo aqui é refletir sobre as categorias “genocídio” e “necropolítica” a partir de três acontecimentos que marcaram minha vida, dois deles na minha infância e adolescência em Recife e um aqui no Rio de Janeiro. O que esses eventos têm em comum é o fato de ser um ataque explícito a existência do corpo negro, de provocarem dor a cada recordação e de promoverem um sentimento sepulcral e desejo de não existência.

A escrevivência aqui é aporte teórico e metodológico, contudo, opto pela audácia de classificar esse trabalho como uma Narrativa de Escravo. Em primeiro lugar por ele ter Frederick Douglas como dispositivo para despertar e revigorar em mim a ideia do ser negro, em segundo lugar por ela ativar em mim memórias de experiências muito similares a situação de escravizado e que hoje me encorajam a trazer átonas questões que me cercam e ainda me deixam em choque.

O exercício da escrita requer muita disciplina, critério e dedicação, mas também é necessário ousadia e criatividade, visto isso, aqui é o lugar que expresse o desejo de explorar e reivindicar essas epistemologias que tornam as narrativas e as memórias enquanto lugar de potência para produção de conhecimento e senso crítico. Meu respaldo encontra abraços no que Timo (2015), no que ele apresenta como território de resistência que permite a prática de uma geografia Militante. Onde a escrita e a investigação não se dão por meio de um observador estrangeiro e sim por alguém inserido no contexto, um ator/agente social que vivencia as questões e os traumas.

Assim, situo o corpo-território (MONDARDO, 2009; CHAVES, 2021), disputado pelas violências do Estado em seus formatos estéticos-discursivos, políticos e morais, apresenta em narrativas a emergência de uma Geografia Subversiva (SILVA, 2009) preta de quem sobreviveu contra as estatísticas territoriais, temporais e acadêmicas por onde passou. Como ferramenta de luta de uma Geografia Militante (BARTHOLL, 2015).

Parto do princípio de que o colonialismo ainda está em curso e que a escravidão não acabou. Ela se sofisticava e se reformula a cada dia para superar cada estratégia, cada tecnologia de resistência e sobrevivência que nós, corpos escravizados desenvolvemos, logo, esse trabalho é uma Narrativa de Escravo da contemporaneidade ou uma escrita escrevente como a descrita deste (XAVIER, 2019; CASIMIRO, 2021; REIS, 2021).

Dito isso, em minha abordagem Achille Mbembe (2018a -2018b), Franz Fanon (2008), Dylan Rodríguez (2017), Fatima Lima e Julia Gambetta (2020) serão fundamentais para endossar o debate sobre as categorias “genocídio” e “necropolítica”, visto que, esses autores realizam importantes reflexões sobre essas categorias e sobre a situação dos africanos e afrodescendentes no mundo. Somarei Jota Mombaça (2007) nessas reflexões para expandir a noção de morte, assim como também para pensar o sujeito negro e suas experiências no diálogo de existência na sociedade brasileira. Desta forma, esse trabalho terá o seguinte roteiro: reflexão e expansão da noção de vida e morte, ao que tange seus aspectos cosmológicos para questionar a existência do povo negro enquanto vida humana existente no corpo social brasileiro; posteriormente relacionarei a ideia de vida e morte como as categorias centrais desse exercício “genocídio” e “necropolítica” e por fim trago as narrativas de fatos da minha vida que apresentam casos de extremos violência que por ser ocorrência frequente à pessoas negras e ou não brancas são naturalizado.

Nascimento ou quase morte?

Acreditando que a obra é parte de seu criador, esse ensaio será parte de mim, assim buscarei abordar vida e morte, enquanto categorias, a partir da minha experiência de vida ou de quase morte. Para então, desenvolver ferramentas que me possibilite refletir sobre o que é estar vivo ou morto para o sujeito negro em um país racista, machista, xenofóbico, LGBTGI+fóbico que flerta com o nazismo inspirado por um desejo colonial e imperialista adormecido nas mentes de uma elite que se deseja europeia e ou norte americana. Não acredito que minha história tenha algo de excepcional, pelo contrário ela está sendo evidenciada porque acredito que essa é uma narrativa um tanto quanto comum às pessoas afrodescendentes no Brasil e quiçá nas Américas. Dessa forma, minha história é uma experiência que contém um quê de

representação ou memória coletiva, logo, uma escrita que busca se atrela as ideias da escrevivência que cria a possibilidade de revelar, denunciar as condições dos afrodescendentes no Brasil e reivindica esse lugar de apagamento e silenciamento a qual as produções dos africanos e afrodescendentes foram submetidas, assim como também a subalternização dessas produções e epistemes (BORGES, 2020, p.196).

Nasci em Recife em 1983, não sei se em uma maternidade ou no carro de um vizinho como aconteceu com alguns irmãos meu que nasceram no caminho da maternidade. Sou o décimo filho de Marta Maria da Silva, mulher negra, mãe solteira que devido a seu estado de subnutrição não conseguiu produzir leite para me alimentar. Esse foi o cenário do meu nascimento ou quase morte ou o início da luta contra a morte. Marta, minha mãe me contava que não entendia de onde aquela criança tirava tanta força para sugar aquela mamadeira de fruta-pão² batida no liquidificador. Eu acho que pelo desejo de viver ou fugir da morte. Nessa pequena narrativa pretendo evidenciar como a relação entre sobrevivência e morte faz parte da vida do sujeito negro desde seu nascimento. Pobre criança preta, nem chegará à consciência de mundo e já é exposta a situações que lhe põe em confronto direto com a vida ou com a quase morte.

Essa disciplina promoveu em mim muitos momentos de catarse, em um deles e voltei à cena descrita acima e me questionei sobre quantas mortes foram necessárias para que eu nascesse? Minha mãe morre ao decidir me dar a vida, principalmente em sua condição física, financeira e psicológica. Minha mãe teve que morrer para me alimentar. Cada vez que ela me contava a história do meu nascimento, via vida em seus olhos, assim como também via o medo da morte, como se estivesse revivendo tudo outra vez. Mesmo assim ela não deixava de contar, como se entendesse que era necessário morrer quantas vezes for preciso para tornar possível a vida.

Tudo isso alimenta em mim o desejo refletir se a morte consiste em deixar de existir fisicamente, se a falta da materialidade decreta o fim da vida. O *candomblé* e todo meu processo de iniciação como *omorixá* têm me fornecido boas respostas, mas acredito que esse debate eu precisarei deixar para outro momento. Desta forma recorro ao Achille Mbembe (2018b, p.29), quando este assinala que “a vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida” para pensar aspectos que promovem ao ser negro uma experiência de morte em vida,

² Conhecida popularmente como “jaca de pobre” é uma fruta de origem asiática que se adaptou muito bem ao solo do nosso país e é encontrada frequentemente em áreas rurais do território brasileiro. Ver: https://www.conquistesuavida.com.br/noticia/fruta-pao-conheca-os-beneficios-desse-alimento-rico-em-vitaminas_a9962/1

Assim, como também de vida em morte como no caso do homem bomba que ao abraçar a morte passa a viver em estado de plenitude ou os africanos que preferiram se jogar nos braços de *Nga Samba kalunga* – senhora do mar, a ser escravo em outras terras.

Cabe nesse trabalho questionar “qual lugar é dado à vida, e à morte e ao corpo humano” (MBEMBE, 2018b, p.7), contudo, também me interessa pensar morte e vida para além da materialidade corpórea. Assim, é possível levar em consideração a morte simbólica, a morte epistemológica, morte ética, morte moral, morte espiritual e morte existencial como um composto de complexo de violências que potencializa e dá corpo aos diversos genocídios. Genocídio simbólico – eliminação de símbolos que conotem a presença do sujeito ou de um povo, epistemicídio – eliminação de formas ou silenciamento de produção de conhecimento; genocídio ético – eliminação das diversas formas e condutas de se portar diante a sociedade e o Outro; genocídio moral – a eliminação ou criação de formas de lidar com as questões sociais alheia a indivíduos de origens distintas; Genocídio espiritual – eliminação e perseguição a qualquer manifestação cosmologia ou cosmogonia que conote outras formas e outras narrativas sobre a gênese; Genocídio existencial por sua vez é a negação e a eliminação de outras formas de existência e ser no mundo.

Diante disso, é necessário pensar a existência do negro na sociedade brasileira a partir de Rodríguez (2017) ao localizar a origem humana a partir dos pensadores brancos no Ocidente moderno baseado na evolução e na seleção natural, aponta para um princípio estruturante de estrutura social burguesa que se pauta na dicotomia e polarização entre “o selecionado versus o disseleccionado, o, o evoluído versus o não evoluído, sobre a única ordem de diferença ainda extra-humanamente determinada.” (p.11). O autor também salienta que esses processos de classificação que determina humanidade se embasam em fortes ideias de variações humanas que tinha a diferença como fundamento, logo, a raça era/e a questão chave para a determinação da humanidade.

Já em relação à humanidade do negro Achille Mbembe (2018a, p.12) ressalta que “o negro e raça têm sido sinônimos, no imaginário das sociedades europeias” e que ambos designam a presença e a aparição do “Outro” que representa ameaça a ideia de “copertencimento” e identidade única branca europeia, que representam o delírio que a modernidade europeia produziu para sustentar sua ideia de governança mundial. Assim para o autor ao refletir sobre o devir negro no mundo, ele denuncia a universalização e a categorização do ser negro a partir da desumanização e subalternização do Outro não branco, dessa maneira, o negro e raça também são sinônimo para subalternidade.

Esse delírio do imaginário europeu desencadeia projeções de dinâmicas que põe em risco o sistema de racionalidade ocidental em uma lógica onde “nem aqueles que o inventaram e nem os que foram englobados nesse nome – gostaria de ser um negro ou, na prática, de ser tratado como ta.” (MBEMBE, 2018a, p.13). Evidenciando assim dois aspectos que merecem nossa atenção, o primeiro aspecto é que o negro passa a existir a partir do Outro, é o Outro branco que legitima a sua existência, e este é forçado a usar uma máscara branca da subjetividade humana (FANON, 2008). Uso aqui uma passagem da aula quando a professora Camila nos presenteia com sua compreensão sobre a leitura de Frantz Fanon, afirma que “agir com o desejo da aprovação do Outro é nascer fadado a morte”, uma vez que o Outro (branco) nunca vai aprovar o negro. Essa afirmação assertiva da professora fortalece minhas hipóteses sobre a pessoa negra viver sobre o estado psicológico de morte existencial, morte em vida, morte social. O segundo aspecto revela que o branco, à recusa em ser tratado como um negro o é o, demonstra consciência de todas as violências e violações cometidas aos indígenas e aos africanos e afrodescendentes e indígenas.

O tráfico atlântico do século XV ao XIX destituiu mulheres, homens e crianças de direito a família e a humanidade passando a ser considerados objetos/mercadorias disponíveis ao senhor com quem passou a ser forçado a viver, foi subjugado à condição de co-humanidade (MBEMBE, 2018a). Já ao abordar a situação do negro nos sistemas de *plantation* o autor destaca que a “perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascer e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade)” (MBEMBE, 2018b, p.27). Assim, a vida do escravo era/é um objeto que pode ser substituído com muita facilidade.

Incorro no risco da redundância ao dizer que o mistério da vida é viver, é estar em plenitude com a vida e sem pensar no compromisso marcado com a morte. Conceituar a vida vai sempre nos jogar em caminhos espinhosos, uma vez que, ao esbarrarmos na realidade dos escravizados e seus descendentes perceberemos que a vida não está dissociada da morte, ou muito menos polarizada a ela em um marco temporal cronológico, para esse há uma lógica em que a morte vai se entrelaçar ao desejo de liberdade (MBEMBE, 2018b, p.68). Viver não é adiantar ou abdicar da morte.

A vida é o viver é em potência a existência da morte, muito mais se falando do corpo negro. Deixar de viver é deixar de fazer o que se gosta, é a imputação do direito a ação, ao movimento, é gozar a vida. Ela pode se manifestar em instantes, como nos relatos Frederick Douglas (2021) sobre a escolha de um escravo para ir buscar alguma coisa na fazenda da casa grande, a vida se dava em um instante de caminha e cantarolar a dor, o desejo de liberdade.

Viver pode ser mais doloroso que a morte, como narrado por Douglass (2021, p.44) sobre o canto do escravizado “escravos cantam mais quando estão mais infelizes. As canções do escravo representam as tristezas de seu coração; e ele obtém alívio por meio delas apenas do modo como coração é aliviado pelas lágrimas.” Levando-me a pensar se nós que desfrutamos da negrura estamos realmente vivendo, se estamos apenas suspirando em momentos de catarses.

Estamos vivos ou somos zumbis a espera de um suspiro divino que nunca chegou ou nem vai chegar a nós? Temos direito a esse estado de plenitude? A capacidade de buscar e viver encontros também permeia a complexa compreensão do que é a vida, pois ela implica no deslocamento de si para encontrá-lo o Outro, esse encontro com o Outro para celebrar a vida e não a negar o direito.

A Gente combinamos de não morrer. Precisamos também que eles tivessem combinado de não nos matar.

Nessa chamada, invoco Jota Mombaça (2007) sobre sua existência e conflito com o mundo, ele denuncia que está vivo para o negro não é algo que depende de se desejo ou sua vontade. A vida do negro está subjugada aos caprichos do homem branco europeu. E que, partido de tudo que foi falado sobre morte e vida, a vida da pessoa negra quando vivida é submetida a estados de mortes diariamente. Desta forma, embora nutrido pelas reflexões de autores renomados como os do referencial bibliográfico levantado por esse curso, ousarei estender as noções de genocídio e necropolítica para pensar até onde podemos considerar as experiências do homem negro no mundo como vida a partir das ideias que apresentei anteriormente.

Minha principal hipótese é que, a partir da óptica do mundo branco, ocidental, colonialista, ainda somos vistos como objetos, coisas que podem ou não deixar de existir, visto a “facilidade” de substituído. Partindo dessa premissa minha perspectiva sobre as categorias centrais desse debate, genocídio e necropolítica, ganharam um olhar talvez um tanto quanto afro-pessimista, por partir do princípio de que a dívida é tão impagável quanto à existência de alguém que a assuma (SILVA, 2019), visto que ela é base da manutenção da governança da branquitude que a opera como carta branca para cometer todos os tipos de atrocidades sobre o Outro racializado. Assim a revolução se dará fundamentada numa ideia de coletivo atrelado a agência baseada em uma proposta que parta do “nós” coletivo (SEXTON, ANO, p.143).

Logo, se faz necessário pensar o fim do mundo tal como conhecemos passa a se um posicionamento político, ético e de sobrevivência frente a governança da branquitude

(MOMBAGA, 2021 p.20). Desta forma, pensar vida e morte do negro requer pensar as experiências que se dão a partir da agência e do desejo transformado que atua sobre as esferas políticas e soberanas do delírio europeu. Nesse exercício Achille Mbembe (2018b) aborda necropolítica como representação de poder que se expressa de forma inseparável do colonialismo e seus ideais perpetuados até os dias hoje. O autor recorre à compreensão de soberania que é localizado nas dinâmicas do colonialismo e do neocolonialismo que se transcreve a partir da relação de poder pensada a partir da criação de um inimigo, de uma política de extermínio do Outro selvagem, são eles soberanos nos direitos de deixar viver e ou matar. Destaca que nas colônias:

O soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com um imaginário colonialista, caracterizado por terras selvagens, morte e ficções que criam o efeito de verdade. (MBEMBE, 2018b, p.36)

Essa guerra colonial é fruto do delírio europeu que expressa toda hostilidade que a Europa alimenta sobre o Outro, o não branco, em uma realidade que se sustenta na ideia de racionalidade, uma racionalidade que se fundamenta na diferenciação e classificação do Outro enquanto co-humano, objeto, coisa a partir da construção da ideia de raça. Assumindo assim, o poder de manipular a vida do Outro em um comércio, dissolvendo a humanidade do Outro a fim de tornar a vida do escravo propriedade do senhor e sua “existência é a figura perfeita de uma sombra personificada” (MBEMBE, 2018b, p.36). Nessa perspectiva, os conceitos de biopoder e biopolítica não dão conta das experiências nas *plantation* e nas dinâmicas coloniais. O autor também invoca o debate sobre estado de exceção jurídica e política, demonstrado sua importância nas dinâmicas colonialista.

A invenção de categorias como raça e negro são combustíveis essenciais para a articulação da noção de biopoder, biopolítica e necropolítica, três formas de poder e saber que atuam combinadamente para tornar possível a dominação colonial “sobre os habitantes do território ocupado.” (Mbembe, 2018b, p.48). Combinação que expressa através da soberania e estratégias de dominação o poder de decidir que pode matar assim como deixar que morra. Quanto a esse aspecto Rodríguez (2017) que destaca o desejo pelo poder e a subordinação do Outro como uma dinâmica presente também na modernidade, o que a meu ver é resquício de colonialismo e desejo de ascendência branca que é “executada através de noções flutuante de telos históricos, supremacia estética-cultural, e a “transparência do humano branco como meta-simbiose de poder/dominação que quer apreender, moldar, e antecipar destinos humanos-generalizada, globalizada, e permanentemente”. (Rodríguez, 2017, p.12)

Há de forma explícita o desejo por uma universalização e produção de uma verdade única que tem sua origem fundante na ideia de racionalidade branca europeia, a razão é o que chancela a necropolítica, assim a razão será a condição da verdade do sujeito, o sujeito é a partir da razão, fundamental para a autonomia e constituição do indivíduo livre e autônomo, enquanto a política é o exercício da razão no âmbito publica Achille Mbembe (2018b). Logo, a raça e o racismo têm papel proeminente nas políticas de vida e de morte, onde o corpo do homem negro é o principal alvo. Por fim, necropolítica nesse trabalho e nos debates da disciplina pode ser compreendida como um conjunto de regras de cunho ideológico que legisla sobre o corpo racializado na busca por sua eliminação ou adestramento.

As políticas de morte ou de deixar viver em estado de morte é uma forma que a modernidade buscou para promover nos povos racializados um estado de não existência, um estado de vivo morto para escravizar também nossos espíritos, já que nossos corpos eles perceberam não é mais possível fazer, para minar nossa resistência e nosso potencial revolucionário. Exterminar a vivacidade de nosso matriarcado que garante nossa existência e resiliência nutrindo nossa vida e promovendo nosso renascimento, seja nos terreiro de candomblé com as yalorixás ou nos ensinando a renascer socialmente para lhe dar com as adversidades imposta por um Estado que nos vê como inimigo e tenta a todo custo nos eliminar.

Nessa perspectiva, Lima e Gambetta (2020) desenvolve suas reflexões sobre genocídio negro e indígena a partir do recorte de gênero ao problematizar a bionecropolítica para confrontar as instâncias de poder que atuam sobre esses corpos, os corpos femininos. Elas trabalham no sentido de expandir as reflexões sobre genocídio ao extermínio de mulheres negras, indígenas por meio da conjugação das categorias raça, etnia e gênero que para elas são “alvos privilegiados dos discursos e práticas racistas” (Lima e gambetta, p.89). Assim bionecropolítica genderizada reporta a um conjunto de regras de cunho ideológico que atua sobre o corpo da mulher levando em consideração questões etnico-raciais. Refletem sobre a necropolítica centralizando seu debate a partir da vigilância, castração e violência sobre a vida das mulheres.

Nosso objetivo é ir além dessa dimensão, tentando fazer ver e dizer dimensões micropolíticas, históricas, culturais que alimentam cotidianamente o projeto necropolítico, principalmente o racismo e o sexismo que maquinam a partir da racialização do gênero e da genderização da raça. (Lima e Gambetta, 2020, p.90).

Em seu trabalho as autoras não só denunciam as violências e privações de direito aos quais as mulheres são submetidas, mas também reivindicam sua força e potência de resistências

que essas mulheres protagonizam por toda América Latina através de uma reivindicação que ecoa no Brasil e no mundo “parem de nos matar”.

Com isso, nesse trabalho quero pensar necropolítica e genocídio de forma complementar, onde o primeiro atua em serviço do segundo, essa associação não é algo complexo ou distante, visto a situação a que somos submetidos. Dylan Rodríguez (2018) assinala dois aparatos que tornaram o genocídio institucionalizado e como tecnologia da jurisprudência moderna que atua sobre um regime legal estruturado a partir das “infraestrutura dos direitos humanos das Nações Unidas e do direito internacional” (RODRÍGUEZ, 2018 p.13) que organizam as convenções jurídicas sobre prevenção e punição do crime de genocídio. Um regime jurídico que privilegia “a ‘lei’ e ‘direito’ como registros políticos, culturais e institucionais, por meio do qual o genocídio é definido, arbitrado e deveras interrompido e engajado” (p.14). E um regime dominado pelo campo dos estudos sobre genocídio que contém um discurso acadêmico profissional cristalizado, um “regime acadêmico sobre o genocídio.” (idem).

Embora genocídio tenha surgido como categoria analítica no cenário da segunda guerra mundial e que é compreendido como a morte ou o extermínio de um povo ou uma raça, tanto Achille Mbembe (2018b), quanto Dylan Rodriguez (2020) assinalam a necessidade de olhar para experiência da escravidão e do processo colonial, visto o extermínio de africanos e dos povos originários. Ambos corroboram quanto à ideologia de supremacia branca que produz categorias que desumaniza o Outro implementando políticas de poder que determina quem deve morrer ou viver, que cria mecanismos que impõe ao corpo do Outro o estado de morte em vida.

Logo, considero a necropolítica como um mecanismo usado para fomentar e até justificar o genocídio dos povos negros e indígenas em suas diversas interseções. Seja no campo jurídico ou dos estudos acadêmicos adotar a intencionalidade racional como análise para condenar o extermínio de grupos por vezes considerados não humanos, selvagens, objetivo e mercadoria, é no mínimo suspeita do desejo de manutenção da supremacia branca europeia fundada em seus delírios. Como não justificar a racionalização do extermínio de um inimigo, de um “período” eminente?

Dylan Rodriguez (2018) chama a atenção para os interesses estruturantes do regime legal do genocídio que tem em sua base a buscam por aspectos que permitam universalizar e criminalizar o genocídio a partir do estabelecimento de elementos que possibilite sua definição legal, criminalização judicial, estabelecimento paradigmático entre vítima e algoz, conceitualização de “intenção, assim como também a definição da jurisdição legal das Nações Unidas. Com a finalidade de vincular políticas de genocídio a instituições, aparatos

epistemológicos, e a lógicas punitivas da lei criminal” (RODRIGUEZ, 2020, p.15/16). Para o autor, essa concepção de genocídio como crime isolado não dá conta:

da possibilidade de que formas particulares de genocídio racial e racial-colonial podem ser forças históricas profundamente de-isoladas que emergem orgânicamente das estruturas econômicas, culturais, epistêmicas –e legais – de formações sociais específicas (p.16)

Considerar o genocídio um crime contra a humanidade pelo viés jurídico expressa no mínimo um sentimento ambivalente e de impotência, visto que esse mesmo sistema jurista tem legislado em favor de um Estado que nega humanidade aos povo negro e que investe em políticas de escassez para as favelas. Logo a dependência de uma declaração explícita de uma intencionalidade sobre o genocídio, judicialmente falando, deixa o Estado livre para exterminar as populações afrodescendentes que ocupam as favelas e implantar o terror a esses lugares, seja por meio da falta de uma política assistencialista, escassez de recursos para uma condição mínima de humanidade ou o investimento em violências diretas ao nosso corpo.

Assim, ficar fácil comprovar e ou justificar cento e onze tiros em cinco adolescentes negros que comemoravam o primeiro salário no subúrbio carioca, oitenta e um tiros em um homem negro na frente de sua família, descarregar metralhadora de helicóptero em nossas cabeças, matar nossas crianças na escola tudo isso sem intenção, e até deixar de comprar vacina diante de uma das maiores momentos pandêmica mundial. Com isso, fica nítido que o Estado brasileiro, que se pretende colonialista e imperialista, elegeu os povos indígenas, os povos escravizados e seus descendentes como inimigo e aplica a nós políticas de inimizade nos imprimindo um estado constante de guerra. O estabelecimento de um inimigo que retroalimenta uma força opressora de separação em detrimento a ideia de vínculo como uma forma de conquistar ou manter sua governança e que se expande às suas diversas reconfigurações na contemporaneidade. (MBEMBE, 2017, p.8), uma guerra declarada ao “Outro” a partir da óptica ideológica da produção da diferença para acessar uma supremacia inventada sobre a inferioridade do Outro selvagem.

Ao descrever um cenário de guerra e ocupação colonial, Achille Mbembe (2018b) descreve uma realidade muito familiar atualidade na sociedade brasileira em seus mínimos detalhes “Como ambos os discursos são incompatíveis e suas populações estão entrelaçadas de modo inextricável, qualquer demarcação de território com base na identidade é impossível” (MBEMBE, 2018b, p.42). Não por coincidência, no Brasil estamos vivendo no momento a votação da proposta absurda que nega aos povos indígenas o direito básico a sua existência, a terra. Essa proposta é fundada numa tese de interesse ruralista que pretende que os povos

indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988 e caso não estivesse ocupando essa terra teria que comprovar sua propriedade desde dessa data. Essa tese legaliza e legitima todos os tipos de violências as quais os povos originários foram submetidos e ignora também que só a partir de 1988 que os indígenas começaram a ter “direitos” autônomos, para lutar judicialmente por suas propriedades. Contudo vale salientar que a história do Brasil e dos indígenas no Brasil é antes de 1988, antes das caravelas, antes de Cabral.

Mbembe segue expondo a violência como ferramenta de reivindicação por poder sobre as diversas instancias da vida dos nativos e do não branco: “a qualidade do povo é forjada pela adoração de uma divindade mítica, e a identidade nacional é imaginada como identidade contra o Outro, contra outras divindades” (MBEMME, ibidem). Diante desta passagem só me resta trazer o slogan do nosso presidente, o exterminador do futuro, “Brasil acima de tudo e deus acima de todos”.

Na concepção do nosso presidente o Outro é aquele que discorda dele, a quem ele passa a investir todos os tipos de violências imagináveis e inimagináveis, de xingamento a expulsão de ministério e cargo, ele prega publicamente o extermínio do Outro, Mulheres, negros, indígenas e as comunidades LGBTQIA+ são suas principais vítimas, tudo isso em nome de sua família e sua corja de falsos profetas que vivem da exploração da fé. Um presidente que integra o poder paralelo, a bancada evangélica e a bancada do ódio, sim do ódio. Numa sociedade como essa, Mulheres, negros, indígenas e as comunidades LGBTQIA+ precisam renascer todos os dias pela manhã com a consciência de que morrerá muitas vezes durante o dia,

O povo sem sua história é escravo esperando o feitor

Apresento três narrativas que são o contínuo do processo de catarse iniciado na disciplina. Esse título faz referência a um trecho do ponto de jongo do artista e educador André Alade, um homem negro com quem tive o prazer de partilhar momentos de magia nas rodas de jongo pelo Rio de Janeiro. André exalta em seus jongos a importância de nossa história como elemento revolucionário de libertação, do corpo, na mente e do espírito. Com isso, pretendo nessas escritas me libertar ou ao menos por um momento desfrutar da sensação de liberdade. Inicie esse processo de escrita cheio de ambições e desejos revolucionários e depois de muitas lágrimas, exorcismo, micros catarses e procrastinação, talvez por medo de encarar essas histórias. Chego ao início de seu fim com uma sensação de que não dei conta do que vim fazer aqui, do que me dispus.

Contudo, aos pouco também me vem o amadurecimento para perceber que esse processo é necessário, porque é preciso entender que contar essas histórias é um ato revolucionário e libertário. Não quero aqui dizer que a disciplina não é um compromisso institucional que eu deva cumprir, e sim que a leveza com que as professora desenvolvem temas tão porosos me dá confiança para entender que eu posso através desse trabalho expressar os afetos de um lugar de escuta que tem custado muito caro a nosso povo. Me abrigo em Jota Mombaça quanto ao desejo de uma escrita que não aprisiona o meu eu, que me possibilita o direito de romper os manuais que a meu povo é impoerto, assim na minha narrativa de escravo necessito:

Preciso não escrever sobre como atravessar um processo perante o qual me sinto perdida. Preciso não escrever sobre o que fazer quando estou paralisada. Se posso arrancar da paralisia e da confusão um outro modo de escrita, preciso escrever sem garantias de que escrever mostrará as saídas; escrever com o risco de mergulhar em espiral negativa e me afogar no ar seco da dúvida (MOMBAÇA,2021 p.20).

Para expor o meu trauma no mundo e reivindicar o meu lugar e a minha consciência de que não sou eu quem deve nada a essa nação e sim ela quem me deve. Uma dívida de sangue que eles ao menos assumem que exista (Ibidem, p.21). É essa consciência que tanto o curso quanto esse processo de escrita, que é parte do curso, me injeta, uma consciência de liberdade e tesão pela vida, apesar de tudo.

Primeira morte ou click do despertar Negro

Início do cair da noite, o futebol, na terra de chão batido como de costume começava a ficar mais animado³ e as crianças de sete aos quatorze anos não podia jogar. Quando de repente tem início uma correria e gritaria pelos becos da favela, como de costume o futebol ficará em segundo plano, todos corriam para ver o que estava acontecendo. Briga de vizinhos e discussões de casais promoviam reboiços como aquele. Corríamos entre aos becos para assistir esses “eventos”, sério isso nos divertia. Mas dessa vez era algo diferente, no caminho eu já ouvi o enunciado do que estava acontecendo: “o Toquinho pegou o Vado roubando”. Nesse momento meu coração acelerou, eu estava aflito com a situação e com medo do que estava para presenciar. Ao chegar no local, vejo Vado, meu cunhado, sentado no chão e Toquinho, seu companheiro de trabalho, com uma madeira muito grossa, lhe investia golpes sobre as costas, sobre o rosto e as pernas.

³ Momento em que era permitido jogadas mais agressivas e por isso crianças não podia participar.

O sangue jorrava e as lágrimas desciam, tanto nos olhos de Vado, quanto no meus, as pancadas doíam, mas menos que as acusações que inflavam as pessoas contra o meu cunhado. “Esse safado está me roubando. Deixei ele trabalhar comigo e ele faz isso”, dizia o algoz. Nesse momento minha irmã já estava sendo contida pelos vizinhos e ouvia as palavras, em meio às lágrimas de seu companheiro: “eu estou trabalhando com ele há três meses e até agora não recebi nada, o que fiz foi pegar o que é meu por direita”.

Eu tinha doze anos, mas de alguma forma sabia o que estava acontecendo ali. Lembro que foi muito dolorido para mim, Vado era como um pai ou um irmão mais velho. Já eram vinte e uma horas da noite quando a polícia chegou e tirou o Vado das mãos dos vizinhos, ele com as mãos amarradas para trás, o corpo ensanguentado, um corte espesso na cabeça e o rosto desfigurado de tanta pancada, quando o policial o levantou do chão deu para perceber que ele mancava. Os policiais o levaram e nunca mais soube dele, minha família evitava tocar no assunto na minha presença e quando eu questionava quando ele voltaria não tinha resposta. Eu sou assombrado por sonhos até os dias de hoje, sempre sonho fugindo de várias pessoas que me acusam de algo que não fiz, mas nunca tinha relacionado com esse evento, a leitura do Frederick Douglas e os debates sobre genocídio e a dívida impagável Silva (2019), foi me situando em sentido de relacionar os sonhos com essas recordações de quando criança e sobre o possível trauma. Sentia ali todo peso que a racialização joga sobre nosso corpo,

Segunda morte ou click do despertar Negro

Essa segunda experiência eu não presenciei, mas talvez por ainda estar sofrendo pelo que meu cunhado passou, consegui sentir como se estivesse acontecendo na minha frente. Sempre acompanhei meus irmãos em seu trabalho em uma pequena fazenda de criação de porcos, galinhas, passarinhos e vacas. Essa fazendinha era vizinha das favelas que popularmente é chamado de sítio e da vila Arraes, no bairro da Várzea, em Recife. A primeira favela ganha esse nome por ficar entre um sítio e essa fazendinha e a segunda por homenagear o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. Os primeiros moradores dessa invasão dizem que fizeram essa homenagem para que o recém-eleito governador de Pernambuco em 1986 protegesse a invasão e o direito à moradia. Estratégia de sobrevivência, porém o governador não correspondeu às expectativas.

Um dia quando voltávamos do CEASA, centro de abastecimento e logística de Pernambuco, onde íamos catar os despejos das lojas para fazer o preparo da ração dos animais e até levar o que dava para aproveitar para nossa casa. O chefe do meio irmão, um homem

branco de aproximadamente 38 anos, apontou para um jovem negro na rua e gritou "nego⁴ safado". O jovem negro saiu correndo desesperado sem olhar para trás, nesse instante o homem, as gargalhadas, olhou para dentro do carro onde estávamos eu e meu irmão e diz "assim que eu gosto". Havia algo muito prazeroso naquele homem ao gritar, assustar o negro, algo que me incomodava, mas eu ainda não sabia. Chegando na fazendinha perguntei ao meu irmão o que tinha acontecido com aquele rapaz, o nego, esse era como ele era conhecido. Não cheguei, a saber, seu nome de batismo. Meu irmão me contou que nego trabalhava para o Clélio, seu patrão, e que tinha roubado ele, então: "ele amarrou o nego no tronco e lhe deu algumas dezenas de chicotadas". Falou que o nego ainda tinha as marcas nas costas e por isso não andava sem camisa.

Eu não presenciei e nem tinha conhecimento desses fatos, mas, diferente do meu irmão que sorria ao me narrar a história, fiquei muito abalado e triste por pensar que eu ou meus irmãos poderíamos ser os próximos. Meu irmão disse que o rapaz roubou algumas galinhas para vender e alegava, como meu cunhado, que não recebera por seus serviços prestados. As histórias se repetem e os traumas só me aprofundam, no que hoje eu acredito que era depressão. Depois de ficar sabendo do ocorrido tive febre alta que me fizeram delirar ao ponto de ter uma crise de sonambulismo e como resultado passei um tempo sendo chacota na escola porque no meu delírio eu fugia de um homem que tentava me chicotear, foram três meses sendo chamado pelos colegas de covardão.

Terceira morte ou click do despertar Negro

O terceiro episódio aconteceu, eu já estava morando no Rio de Janeiro. Eu vim para cá um mês depois de completar dezoito anos de idade, para trabalhar como estoquista no restaurante da filha da patroa da minha irmã, Janeclaide, que já morava no Rio desde os doze anos de idade. Minha mãe na falta de condições para criá-la deixou que ela viesse trabalhar como empregada doméstica na casa de uma família portuguesa na esperança de uma vida melhor. Essa prática é recorrente às famílias nordestinas com o mesmo estado de pobreza que a minha, acredito que estamos presentes de mais uma morte de minha mãe. Também é recorrente garotas como minha irmã serem forçadas a amadurecer rápido demais e abrir mão de sua infância e principalmente dos estudos, assim como também viverem em estado análogo a escravidão como tem sido descoberto em várias famílias, um sistema que reproduz as dinâmicas das

⁴ Não cheguei a conversar com o rapaz, ele não se aproximava de pessoas que tivessem relação com seu agressor, por isso, não sei seu nome de batismo, mas sei que popularmente ele era chamado e respondia por Nego

relações entre casa grande e senzala e alimenta o que Lima e Gambetta (2020) apontam como uma neonecropolítica genderizada, por que ceifa a vida de mulheres pretas e indígenas ainda na infância eliminando seu potencial criativo e revolucionário de sobreviver e revolucionar em uma sociedade racista, machista, sexista e heteronormativa.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro fui morar com minha irmã e seu marido no Jardim Paraíso, um bairro do município de São João de Miriti, nessa época ainda vivia a esperança de ser aprovado em um concurso militar que era uma forma do homem negro ascender socialmente. O fato ocorreu na minha ausência e me foi contado por colegas de trabalho em forma de chacota. O ano era 2002, pedi liberação para poder ir ao local de inscrição para o concurso de acesso ao curso de fuzileiro naval, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, zona portuária do Rio de Janeiro, na época as inscrições eram presenciais.

No dia seguinte ao chegar ao trabalho meus colegas me chamavam de soldado do morro. Eu já não tinha mais nome era o soldado do morro. Não sabia o que isso significava, mesmo assim me incomodava, poxa eu tenho um nome! Perguntei a um dos conterrâneos o que estava acontecendo, ele me contou que no dia que fui fazer minha inscrição para o concurso o gerente, pai de uma das sócias do restaurante e chefe da minha irmã, me procurou e ao constatar minha ausência e o motivo, fez chacota com meu nome: "esse neguinho no máximo vai conseguir ser soldado do morro" relatou o colega de trabalho.

Perguntei o que era um soldado do morro e ele me explicou que era o segundo cargo para uma criança ou adolescente que começa na vida do tráfico. Nesse momento meu mundo veio ao chão, chorei em sozinho por muitas noites me perguntando por que tinha saído do meu Estado e o que estava fazendo aqui no Rio de Janeiro, estava consumido por um ódio que me impulsionava a reagir com agressividade, mas me controlei. Minha morte foi tão profunda que não mais me escrevi em nenhum concurso militar e parei de estudar por seis meses. Passei a questionar minha competência em tudo que fazia e se esse realmente era o meu destino, o que me restava no mundo? Fez-me sentir doente, descartável, sempre na porta ou na esquina de qualquer coisa. (MOMBAÇA, 2021)

Por que esse homem branco se achava no direito de determinar o meu futuro? O que ele ganha com essa violência gratuita? Quantos negrinhos como eu já tem seu lugar no mundo determinado mesmo antes de chegar ao mundo? Somos Vado, nego e Neguinho, soldados do morro e já nascemos representando risco ao um desejo de superioridade de uma branquitude que deliria sobre a ideia de única existência racional no mundo?

Tenho constatado que eles nos elegeram como seus inimigos, todos que são diferentes deles são seus inimigos, o "Outro" onde eles projetam seus traumas e fracassos. Somos forçados

vestir uma máscara de suas neuroses a fim de eles nós ateste humanidade Fanon (2008), porém a todo momento eles insistem em nós desumanizar. Ora através de um investimento pesado em políticas de morte que legitima e legaliza quaisquer violações e violências ao nosso corpo, nosso espírito, nossa moral. Somos condenados a viver em um mundo criado por eles e para eles, visto que Fanon (2008, p.1290) nos alerta que “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família, normal, ficará anormal ao menor contacto com o mundo branco” eles pretendem controlar nossa existência e a qualquer movimento que buscamos promover em favor de nossa liberdade, eles nos arrancam a máscara que nos forçou a usar para limitar nossas possibilidades de voo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que estamos em estado pleno e constate de morte ou quase vida, onde somos submetidos constantemente a políticas de mortes, física, moral, social, existencial que endossam a ideia de nosso genocídio como uma política de nação. Morremos todos os dias ao ser exposto a esse mundo branco que cria categorias e subcategorias que se expressão numa linguagem dúbia que permite sua manipulação interpretativa para forjar álibis e nos culpabilizar sobre um crime cometido contra nós. Por isso, eles se sentem no direito de tirar nossas vidas, de nos matar aos poucos e de determinar quem somos ou seremos. Eles vestem suas máscaras de falsa benevolência, falsa racionalidade e falsa civilização para projetar em nos seus recalques (FANON, 2008). Eles precisam de nós para alimentar seus delírios e justificar suas faltas, logo, seremos sempre todos iguais, mas não iguais a eles, seremos quase da família, mas não da família deles. Dúbias também são suas intenções de nos matar que mesmo diante dos gritos de "pare de nos matar", de nosso sangue jorrando sobre sua cara, de nossa moral arrastada pelo chão, eles abrem mão de exercer seu prazer por nos tirar a vida, exterminar nossa existência ou nos manter em estado mortos em vida.

REFERÊNCIAS

BARTHOLL, Timo. Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas / Timo Bartholl. – Niterói : [s.n.], 2015. 433 f.

BORGES, Rosane. “Escrevivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados”. In: **Duarte, Constância & Nunes, Isabella. Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** RJ, Mina Comunicação e Arte, 2020.

CASIMIRO, Pammella. **Escre(vi)vendo a Baixada: (des)estruturação do Racismo Ambiental no bairro de Campos Elíseos.** Monografia (Graduação em Ciências Ambientais). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 25, n. 4, 2021.

DOUGLASS, Frederic. **Frederic Douglass - Autobiografia de um escravo.** São Paulo: Editora vestígio. 2021.

LIMA, Fatima & GAMBETTA, Julia. “Parem de nos matar” - A Bio-necropolítica genderizada e a persistência de mulheres indígenas e negras na América Latina. In **Revista Gênero**, v. 20 n. 2, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: NEdições. 2018a

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018b

MOMBAÇA, J. **O mundo é meu trauma.** PISEAGRAMA Belo Horizonte, 11, 2017, p.20-25.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O Corpo enquanto “primeiro” território de dominação: O biopoder e a sociedade de controle.** Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009.

FANON, Frantz. “O preto e a psicopatologia”. In: **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador, EDUFBA, 2008.

FERREIRA da SILVA, Denise. **A dívida impagável.** São Paulo: Casa do povo, 2019.

REIS, Camila Tomaz. **Encruzilhadas Geopoéticas na Conservação da Natureza: Territorialidades e Guardas-Parques em Território Cunhambebe.** 2021. Dissertação de Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

RODRIGUEZ, Dylan. “O genocídio racial / Racial - colonial e a lógica de evisceração: Radicalismo negro como resposta prática e guia teórico”. In **Flauzina**, Ana Luiza Pinheiro & Vargas, João Helion Costa (orgs.), **Motin: Horizontes do genocídio antinegro na Diáspora.** Brado Negro, 2017, p. 11-36.



**XV
ENAN
PECE**

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

SILVA, Joseli Maria. Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 2009.

XAVIER, Giovana. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história! Rio de Janeiro: Malê, 2019.